

**SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE
DADOS - SERPRO**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2021**

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

**Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO (“Empresa” ou “SERPRO”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstração do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração do SERPRO, é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (R4) / CPC 21 - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) / CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do SERPRO.

Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas normas e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Reapresentação de valores correspondentes aos exercícios anteriores

Como parte de nossa revisão das demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2021, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.2 que foram efetuados para alterar os saldos correspondentes do SERPRO de 31 de março de 2020, 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018. Esses ajustes foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que esses ajustes não foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa retificação de erro e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos correspondentes do SERPRO referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018 e, portanto, não expressamos conclusão, opinião ou qualquer forma de asseguração sobre os saldos correspondentes de 31 de março de 2020, 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018, tomados em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados e auditados, por outros auditores independentes, cujo relatórios de revisão e de auditoria foram emitidos em 12 de maio de 2020 e 1 de março de 2021, respectivamente, sem ressalva.

Brasília, 01 de junho de 2021.



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

1º Trimestre 2021

Sumário**Demonstrações Financeiras**

Balanço Patrimonial - Ativo	4
Balanço Patrimonial - Passivo	5
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes	7
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto	8
Demonstração do Valor Adicionado	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Contexto Operacional	10
Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras	11
Nota 3. Mudança de política contábil com efeitos retroativos	12
Nota 4. Principais políticas contábeis	13

Ativo

Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa	16
Nota 6. Créditos a receber	18
Nota 7. Ativo não circulante mantido para venda	20
Nota 8. Depósitos judiciais e recursais	20
Nota 9. Ressarcimento de pessoal	21
Nota 10. Créditos tributários diferidos	21
Nota 11. Créditos realizáveis a longo prazo	22
Nota 12. Ativo Imobilizado	22
Nota 13. Ativo Intangível	23

Passivo e Patrimônio Líquido

Nota 14. Consignações	24
Nota 15. Tributos e encargos sociais	24
Nota 16. Obrigações a pagar	25
Nota 17. Obrigações tributárias	26
Nota 18. Processo trabalhista pagar	27
Nota 19. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	27

Sumário

Nota 20. Patrimônio Líquido	29
Nota 21. Resultado do exercício	29
Outras Informações	
Nota 22. Partes Relacionadas	36
Nota 23. Evento Subsequente	37
Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis	38
Anexo II. Legislação aplicável	39
Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas	41

Balanço Patrimonial Ativo

Em milhares de R\$

	NE	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante		2.440.968	2.408.142	1.851.002	1.233.927
. Caixa e equivalentes de caixa	5	1.461.013	1.694.495	1.007.510	487.881
. Ativos financeiros		490	587	438	462
. Créditos a receber	6	976.277	710.072	839.990	741.985
Clientes	6.1	672.259	460.413	589.715	572.113
Ressarcimento de pessoal	6.2	95.497	99.145	81.145	88.349
Créditos diversos a receber	6.3	72.719	41.165	23.476	2.382
Créditos tributários	6.4	135.802	109.349	145.654	79.140
. Bens, Valores e Demais curto prazo		166	280	355	891
. Ativo não circulante para venda	7	314	2.708	2.709	2.708
Não Circulante		1.804.274	1.811.232	1.864.482	1.741.591
. Realizável a longo prazo		1.189.740	1.198.793	1.323.765	1.187.453
Depósitos judiciais e recursais	8	252.975	275.743	230.544	289.827
Ressarcimento de pessoal	9	333.919	314.322	351.731	408.413
Créditos tributários diferidos	10	493.623	500.115	640.038	428.855
Créditos realizáveis a longo prazo	11	108.902	108.270	101.386	60.359
Outros ativos		321	343	66	
. Imobilizado	12	533.539	548.144	476.669	475.360
. Intangível	13	80.996	64.295	64.048	78.778
Total do Ativo		4.245.242	4.219.374	3.715.484	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Balanço Patrimonial

Passivo

Em milhares de R\$

	NE	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante		968.707	1.117.393	898.964	814.469
. Consignações	14	51.699	95.427	91.234	56.445
. Tributos e encargos sociais	15	165.036	164.103	156.528	174.725
. Depósitos diversas origens		702	1.697	3.589	3.772
. Obrigações a pagar	16	751.271	856.166	647.613	579.527
Fornecedores	16.1	87.416	163.754	103.589	126.542
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	16.2	323.592	309.822	295.553	289.271
Ações Programa de Demissão Voluntária	16.3	53.599	117.617		
Processo trabalhista a pagar		64.801	64.561	65.214	74.483
Provisão acordo coletivo de trabalho	16.4	26.862	25.574		
Plano de previdência complementar		35.263	35.941	37.952	37.178
Participação nos lucros ou resultados		29.138	29.147	29.646	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio		130.516	109.749	115.627	52.019
Outras obrigações		84	-	32	34
Não Circulante		1.361.860	1.353.770	1.799.690	1.178.067
Obrigações tributárias	17	293.486	241.920	80.204	45.851
Processo trabalhista a pagar	18	39.456	55.416	118.057	180.240
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	19	415.029	444.505	388.163	242.956
Benefícios pós-emprego		609.288	607.189	1.212.546	708.270
Obrigações judiciais e demais obrigações		4.601	4.740	720	750
Patrimônio Líquido	20	1.914.674	1.748.211	1.016.830	982.983
. Capital		1.061.005	1.061.005	1.061.005	1.061.005
. Reservas		861.334	870.440	648.492	309.753
Reservas de reavaliação		77.744	78.009	79.096	138.214
Reservas de lucros		783.590	792.431	569.396	171.538
. Dividendo adicional proposto		109.749	109.749		
. Outros resultados abrangentes		(293.080)	(292.983)	(692.667)	(387.775)
. Lucros ou Prejuízos acumulados		175.666			
Total Do Passivo		4.245.242	4.219.374	3.715.484	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	31.03.2021	31.03.2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	21.2	642.691	641.312
Custo dos serviços prestados	21.3	(326.084)	(338.455)
Lucro bruto		316.606	302.857
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)		(117.847)	(200.167)
Despesas com pessoal e benefícios		(86.392)	(114.394)
Depreciação e amortização		(4.442)	(5.425)
Locação		(3.021)	(2.235)
Manutenção		(6.223)	(7.326)
Serviços de comunicação		(2.537)	0
Serviços profissionais e contratados		(3.633)	(8.523)
Serviços públicos		(1.756)	(2.754)
Resultado com créditos a receber		(13.193)	(33.269)
Despesas tributárias diversas		(2.494)	(710)
Materiais		(755)	(572)
Outras despesas/receitas		(1.687)	(3.146)
Resultado com ações judiciais		8.285	(21.812)
Resultado financeiro	21.4	8.918	6.769
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		207.678	109.459
Tributos sobre o lucro	21.5	(21.397)	(1.303)
Tributos correntes		(11.555)	(25.576)
Tributos diferidos		(9.842)	24.273
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		186.281	108.157

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R\$

	31.03.2021	31.03.2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	186.281	108.157
(+/-) Outros resultados abrangentes	(97)	(37)
Ajustes de passivo atuarial	(97)	(37)
Resultado abrangente no período	186.184	108.120

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

Em milhares R\$

	Março 2021	Março 2021
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	388.653	422.181
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	153.647	262.547
Ressarcimento de pessoal requisitado	80.072	71.377
Outros recebimentos	21.227	31.515
Tributos e encargos	(106.254)	(134.057)
Pessoal e encargos	(541.097)	(511.081)
Sentenças judiciais	(42.122)	(25.558)
Pagamentos a fornecedores	(99.407)	(88.542)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	(145.281)	28.382
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ intangível	(88.201)	(32.363)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(88.201)	(32.363)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos		
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)		
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(233.482)	(3.981)
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.461.013	1.694.495

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R\$

Geração do valor adicionado	31.03.2021	%	31.03.2020 (Reapresentado)	%
1 - Receitas	748.504	110,8	727.080	107,7
1.1 - Vendas de Serviços	792.707	117,4	762.081	122,0
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.193)	-2,0	(33.269)	-5,3
1.3 - Descontos Concedidos	(30.848)	-4,6	(1.717)	-0,3
1.4 - Vendas Canceladas	(162)	0,0	(16)	0,0
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(71.243)		(70.274)	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	677.261		656.805	102,0
4 - Retenções	(14.439)	-2,1	(48.345)	-7,7
4.1 - Depreciações e Amortizações	(22.724)	-3,4	(26.534)	-4,2
4.2 - Resultados com Ações Judiciais	8.285	1,2	(21.812)	-3,5
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	662.823	98,1	608.460	97,4
6 - Recebido de terceiros	12.516	1,9	16.405	2,6
6.1 - Receitas Financeiras	12.516	1,9	16.405	2,6
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	675.338		624.865	100,0
Distribuição do valor adicionado				%
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	328.586	48,7	376.910	60,3
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	158.273	23,4	138.625	22,2
7.3 - Capitais de Terceiros	1.676	0,2	-	0,0
7.4 - Capital Próprio	186.803	27,7	109.331	17,5
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)			1.174	0,2
Acionista (Juros s/ Dividendos de Exercícios Anteriores)	522	0,1		0,0
Lucros/Prejuízos Retidos	186.281	27,6	108.157	17,3
Total	675.338	100,0	624.865	100,0

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reserva reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	1.061.005	79.096	36.995	532.400			(692.667)	1.016.830
Lucros/Prejuízos líquidos						108.157		108.157
Realização da Reserva de Reavaliação		(272)						(272)
Reserva de Retenção de Lucros								
JCP e Dividendos					(20.101)			(20.101)
Outros Resultados Abrangentes							(37)	
Saldo em 31 de Março de 2020 (Reapresentado)	1.061.005	78.824	36.995	532.400	(20.101)	108.157	(692.703)	1.104.613
	Capital	Reserva reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.061.005	78.009	58.841	733.590	109.749		(292.983)	1.748.211
Ajustes de exercícios anteriores								
. Ajuste PECLD						9.121		9.121
. Ajuste reservas exercícios anteriores								(8.841)
Resultado Líquido do Período						186.281		186.281
Realização da reserva de reavaliação		(265)						(265)
JCP imputados a dividendos						(19.979)		(19.979)
Outros Resultados Abrangentes							(97)	(97)
Saldo em 31 de março de 2021	1.061.005	77.744	58.841	733.590	109.749	175.423	(293.080)	1.914.431

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília (DF), o Serpro possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em TI para os setores público e privado. Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, como propulsor da transformação digital no país, o Serpro busca ser reconhecido como a empresa que viabiliza o governo digital e que tem compromisso com a segurança e a proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

Em 2021, o Brasil continua sofrendo os impactos da pandemia COVID-19, a chamada “segunda onda” obrigou governos municipais e estaduais a retomar ações de restrição de abertura de comércio, o chamado Lockdown, conseqüentemente a atividade econômica continua em ritmo lento de recuperação.

Segundo o boletim Focus, de 23 de abril de 2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 3,09% quando comparado ao ano anterior, patamar abaixo dos 3,41% projetados inicialmente em janeiro de 2021. Em meio a esse cenário, o Serpro demonstra resiliência, adaptabilidade às mudanças e tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial.

A continuidade de ações de gestão empresarial implementadas durante o exercício 2020, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, são determinantes para o resultado empresarial alcançado no 1º trimestre de 2021, quando apresentou lucro líquido de R\$ 186,3 milhões, este montante é 72,2% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior.

O cenário fiscal do país mantém-se o mesmo, o Serpro continua sendo impactado, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resulta em restrições orçamentárias para esses clientes.

Em contraponto às restrições dos clientes públicos, nota-se expressivo crescimento nas

receitas provenientes de clientes privados, no 1º trimestre de 2021 observou-se crescimento de 35,06% quando comparado ao 1º trimestre de 2020. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, mercado este que representou 15,7% de toda receita bruta operacional apurada no 1º trimestre.

Continuamos a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária. A administração da Empresa continua alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados. Cabe destacar que, até o momento, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do avanço da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve retrocesso no controle da COVID-19.

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária (ACO) 2.658/DF de 06 de abril de 2018, fundamentada no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços, condicionando a sua aplicabilidade exclusivamente às situações em que a Empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública. Visando a operacionalização da mencionada decisão, o Serpro requereu aos entes tributantes do ISSQN de maior impacto em sua operação, o reconhecimento administrativo e/ou judicial da sua imunidade recíproca, nos termos do definido pelo STF.

Sobre os tributos federais, a estratégia adotada foi a implementação da apuração do IRPJ somente sobre o lucro não imune, por meio da segregação do lucro atribuído aos grupos de clientes: imunes e não imunes, o que ensejou uma minoração relevante deste tributo (NE 25.1). Com relação ao PIS e COFINS, houve a modificação para o regime de cumulatividade sobre a receita com clientes imunes (NE 17.1.2).

2.8. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.9. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Mudanças de política contábil com efeitos retroativos

No 1º trimestre do exercício de 2021, considerando a aplicabilidade dos disposto na NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros o Serpro identificou a necessidade de alteração de sua política contábil referente à apuração das Perdas Estimadas para Créditos em Liquidação Duvidosa (PECLD) a qual nos termos da NBC TG 23 (item 29) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

O cálculo da PECLD, utilizado até o período encerrado de 2020, considerava critério exclusivamente temporal, com base no histórico dos valores vencidos há mais de 365 dias para todos os clientes, classificando-os assim como de maior possibilidade de não recebimento, exceto nos casos em que havia manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

A adoção de novo método para cálculo da PECLD tem como objetivo o redimensionamento do risco de recebimento dos créditos com clientes, de acordo com cada segmento, classificado pelo SERPRO, permitindo assim uma melhor qualificação de seu risco de perda dos créditos e de modo a garantir a melhoria da qualidade da informação.

À luz da NBC TG 48 há que se considerar a perspectiva das perdas esperadas, assim não é necessário que a perda ocorra para que só então a redução do valor recuperável seja reconhecida.

3.2. Montante dos ajustes

Considerando que a mudança de política contábil é retrospectiva, a reapresentação dos valores aos exercícios anteriores afetados foram realizados e os cálculos afetam até os 3 (três) últimos exercícios, quais sejam 2018, 2019 e 2020, nos termos do que define a NBC TG 23 (item 19.b). Cabe informar que o novo procedimento já está refletido no 1º Trimestre 2021.

Exercícios	
2018	(110.422.643)
2019	15.222.440
2020	60.280.172
1º Trim 2020	3.348.900
1º Trim 2021	16.652.989

3.3. Impacto nas demonstrações financeiras

Com a adequação dos procedimentos contábeis a NBC TG 28 houve reversão dos valores provisionados nos exercícios supracitados, destarte, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R\$ 18.3 milhões, em que R\$ 14,2 milhões foram registrados no Patrimônio Líquido (Ajustes de exercícios anteriores) e R\$ 4,1 Milhões no resultado do exercício de 2021.

Em milhares R\$

Exercícios	Balço Patrimonial				Resultado do Exercício	
	Ativo		Patrimônio Líquido		Publicado	Reapresentado
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado		
2018	2.970.988	2.975.519	978.452	982.983	459.702	464.233
2019	3.685.986	3.715.484	987.334	1.016.830	486.850	516.346
2020	4.210.534	4.245.242	1.739.371	1.748.211	462.103	470.942

Nota 4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira a refletir o período apresentado nestas demonstrações e são as mesmas políticas seguidas no encerramento do exercício de 2020 .

4.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

4.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.3. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses; os benefícios pós-emprego, e os benefícios rescisórios, referentes ao Programa de Demissão Voluntária oferecido pelo Serpro.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. As obrigações com benefícios pós -emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar (Planos de benefício definido e Planos de contribuição variável) e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO). Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o Serpro oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

4.4. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.5. Instrumentos financeiros

Em relação a NBC TG 48 (rev 14) e CPC 48 (rev 14), estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

4.5.1 Fundo de aplicações extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

4.5.2 Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto reconhecidos pelo custo amortizado.

4.5.3 - Contas a pagar ou fornecedores

Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado

4.6. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

O cálculo para PECLD considera perfil de pagamento dos clientes, levando em consideração a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência e a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica.

A nova metodologia segmenta os tipos de clientes nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação é analisado o comportamento histórico da performance de pagamentos dos clientes, no intuito de determinar o padrão de comportamento passado, avaliar as condições atuais, e realizar estimativas de acordo com a probabilidade de perda, recuperabilidade dos recebíveis e impacto das condições econômicas, identificando o risco inerente a cada esfera.

Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados, integralmente, no ativo não circulante, em atendimento à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), ocorrida em 2015.

4.7. Provisões trabalhistas e cíveis

São provisionados os valores das ações, em fase de execução, que tenham probabilidade de saída de recursos igual ou superior a provável, classificados pelo departamento jurídico, como prováveis.

4.8. Provisões administrativas e tributárias

Os tributos de natureza indireta, incidentes sobre a receita oriunda dos entes públicos, que foram incluídos nos preços dos serviços e não recolhidos em virtude da aplicação da

imunidade, estão registrados em provisões administrativas no passivo circulante (NE 19.3) para ressarcimento a clientes, nos casos em que houver decisão favorável definitiva, ou, em obrigações tributárias no passivo não circulante (NE 17) para os casos em que aguarda decisão.

4.9. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o Serpro adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

4.10. As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
Caixa/ Bancos	24.788	139.930
Aplicação financeira	1.436.225	1.554.565
Caixa e equivalente de caixa	1.461.013	1.694.495

5.1. Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, R\$ 24,8 milhões, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

5.2. Aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez.

Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$1.436,2 milhões foi aplicada no mercado financeiro, contemplando os seguintes fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC.

Descrição	Rentabilidade anual	Em milhares de R\$	
		Mar/2021	Dez/2020
BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa	2,3469%	799.112	510.405
BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa		-	17.360
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	2,4321%	637.113	1.026.800
		1.436.225	1.554.565

5.3. Conciliação do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	207.678	109.459
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	22.724	26.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.706	36.318
Demais provisões para contas a receber	3.472	300
Provisão de pessoal	45.677	47.189
Encargos com provisão de pessoal	2.121	2.279
Provisão acordo coletivo de trabalho	810	0
Despesas de juros	985	1.896
Receitas de juros	(11.165)	(2.848)
Reversão de provisões	(64.067)	24.907
Créditos tributários	1.230	3.451
Contas transitórias	51	0
Demais ajustes	(66.555)	(121.303)
Lucro ajustado	153.591	124.833
Diminuição nas contas a receber	(228.499)	(61.886)
Aumento no ressarcimento de pessoal	3.648	(5.291)
Aumento nos créditos diversos a receber	(31.554)	887
Aumento nas obrigações tributárias	948	11.692
Aumento nas consignações	(43.728)	(40.507)
Diminuição nos processos trabalhistas a pagar	240	(1.356)
Diminuição na participação nos lucros ou resultados	(9)	0
Diminuição nas outras obrigações	83	10
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	(145.280)	28.382
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(88.201)	(32.363)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(88.201)	(32.363)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	0	0
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	(233.481)	(3.981)
Saldo inicial - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.461.013	1.003.529

Nota 6. Créditos a Receber

6.1. Clientes

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do trimestre (R\$ 672,3 milhões), registrados no curto prazo, são apresentados no balanço e deduzidos das Perdas Estimadas em Créditos em Liquidação Duvidosa PECLD (R\$ 117,0 milhões), já calculada a partir da nova metodologia (NE 4.6).

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020 Reapresentado
Créditos a receber de clientes a vencer	310.505	181.340
Créditos a receber a faturar	162.749	146.646
Vencidos até 30 dias	30.798	10.147
Vencidos de 31 a 60 dias	74.241	29.916
Vencidos de 61 a 90 dias	23.926	13.860
Vencidos de 91 a 180 dias	23.940	19.953
Vencidos de 181 a 365 dias	27.833	45.156
Vencidos acima de 365 dias	135.306	113.781
Créditos a receber	789.298	560.7989
PECLD	(117.039)	(100.386)
Total	672.259	460.413

Cabe destacar que os valores com créditos a receber de clientes registrados no longo prazo (R\$ 258,4 milhão) em atendimento à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), ocorrida em 2015, estão contabilizados como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa pois referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito.

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Faturas a Receber	258.374	266.100
PECLD	(258.374)	(266.100)

6.2. Ressarcimento de Pessoal

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Folha de Pagamento	34.326	38.451
Sentenças judiciais	54.400	54.400
Provisões ACT	6.770	6.293
Total	95.497	99.145

Os valores referem-se às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas pelo Serpro a órgãos governamentais. Trata-se do reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário dos empregados cedidos a esses órgãos. Em março de 2021, o Serpro possuía 2.148 empregados cedidos a órgãos governamentais (2.167 em Dez/2020), em sua maioria

lotados em órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
A vencer	21.038	21.880
Vencidos até 30 dias	4.724	293
Vencidos de 31 a 60 dias	384	124
Vencidos de 61 a 90 dias	79	75
Vencidos de 91 a 180 dias	153	102
Vencidos de 181 a 360 dias	32	12
Vencidos acima de 360 dias	7.917	15.965
Total	34.326	38.451

No caso das sentenças judiciais, com saldo de R\$ 54, 4 milhões referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do Passivo Circulante, vincendas nos próximos doze meses. Quanto ao valor de R\$ 6,7 milhões refere-se às provisões do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021 de remuneração, encargos e benefícios, referentes ao Pessoal Cedido.

6.3. Créditos diversos a receber

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Créditos previdenciários - Superávit Serpros	18.888	22.160
Reembolso Aux. Doença e Acidente	151	158
Pagamento de Despesa de Terceiros		0
Acerto Financeiro c/Servidor/ex-empregado	14	3
Títulos a Receber	98	112
Créditos decorrentes de Folha de Pagamento	53.127	18.292
Adiantamentos concedidos	441	441
Total	72.719	41.165

O saldo de R\$ 72,3 milhões representa, em sua maioria, R\$ 53,1 milhões, créditos provenientes da folha de pagamento (R\$ 22,7 milhões adiantamento de 13º salário, R\$ 16,7 milhões de adiantamento de férias, R\$12,1 de adiantamento de PPLR , R\$ 1,1 milhões adiantamento salarial e 0,5 milhões de outros adiantamentos) e o reconhecimento no ativo circulante de parte do valor relativo à participação da patrocinadora na distribuição do Superávit do Plano PSII da EFPC- Serpros, montando um saldo de R\$18,8 milhões.

6.4. Créditos tributários

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
IRRF a Compensar	435	8.382
IR E CSLL a recuperar/ Compensar	146.923	177.552
IRPJ a recolher	(244)	(38.090)

CSSL a recolher	(11.312)	(38.495)
Valor líquido a compensar	135.802	109.349

O valor líquido a compensar de IRPJ e CSLL, de 135,8 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período

Ativo Não Circulante

Nota 7. Ativo não circulante mantido para venda

Em milhares de R\$				
Imóvel	Depreciação acumulada	Valor terreno	Valor contábil	Valor mercado
RJ/ Teresópolis				
Casa (recebida em acordo judicial)			246	400
DF/ Taguatinga				
Prédio Comercial	(58)	1.348	1.582	8.400
SP/São Paulo				
Prédio Comercial	(201)	78	880	13.117
Prédio Comercial	(2.231)			14.017
Total	(2.490)	1.426	2.708	35.934

O ativo mantido para venda no Serpro refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Os procedimentos estão em conformidade com o que preconiza a NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada . Cabe destacar que o SERPRO vem trabalhando num novo plano de venda para esses ativos.

O valor de mercado dos imóveis foi definido a partir de laudos de avaliação de 2017 a 2020. A empresa de avaliação de imóveis identificou que o valor total de mercado é de R\$ 35,9 milhões. Entretanto, foram realizados diversos leilões para venda destes bens, porém não houve interessados. O Serpro busca agora viabilizar a venda por um valor de liquidez menor que o de avaliação.

Como informação adicional, destaca-se que os imóveis de São Paulo estão ambos construídos no mesmo terreno que está abarcado por endereços diversos (R. Plínio Ramos nº 99, Luz e R. Antônio Pais nº 114/134).

Nota 8. Depósitos Judiciais e Recursais

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Depósitos judiciais e recursais	246.624	269.393
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	252.975	275.743

O grupo, em sua maioria R\$ 246,6 milhões representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Cabe destacar que considerando o disposto na Lei nº 13.467/2017, no seu parágrafo 4, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo e corrigidos com os mesmos índices da poupança.

Também integra o referido grupo as Ações fiscais no valor de R\$ 6,2 milhões, que se referem a depósito administrativo referente à autuação fiscal efetuado com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

Nota 9. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Despesas judiciais PSE (9.1)	187.278	200.871
Provisões trabalhistas PSE (9.2)	146.641	113.451
Total (a) + (b)	333.919	314.322

9.1. Despesas judiciais

O montante de R\$ 187,3 milhões refere-se às notas de ressarcimento referentes aos acordos e processos trabalhistas envolvendo empregados cedidos a outros órgãos, em sua ampla maioria à Receita Federal do Brasil e que aguardam a quitação.

9.2. Provisões trabalhistas PSE

O montante de R\$146,6 milhões refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU (NE 19.2).

Nota 10. Créditos tributários diferidos

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	620.555	615.687
Passivo fiscal diferido	(126.932)	(115.572)
Total	493.623	500.115

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

Nota 11. Créditos realizáveis a longo prazo

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Créditos a Receber de Fundos de Pensão	108.895	108.270
Superávit Serpros (nota 11.1)	22.666	24.174
Letras Financeiras de Santa Catarina (nota 11.2)	86.229	84.096
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	7	22
Total	108.902	108.292

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e à distribuição do superávit do plano PS-II, relativos à parcela do patrocinador.

11.1. Superávit Serpros

Os valores contabilizados referem-se ao saldo apurado pelo SERPROS. A apuração da atualização do saldo devido depende da rentabilidade mensal das cotas divulgada ao final de cada mês.

11.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - LFTSC

Estão reconhecidas pelo valor incontroverso de R\$ 60 milhões, já deduzido das custas judiciais. O direito do Serpro junto ao SERPROS corresponde a 42,87% dos créditos desta, que monta o valor total de R\$ 86 milhões, atualizado em 31/03/2021, com base em consulta trimestral junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina referente ao precatório nº 0000779- 13.2013.8.24.0500.

Nota 12. Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Mar/2021		Mar/2021	Dez/2020
Edifícios	145.174	(44.028)	101.146	101.548
Terrenos	65.604	0	65.604	65.604
Estudos e projetos	241	0	241	0
Obras em andamento	12.333	0	12.333	10.722
Instalações	141.435	(101.979)	39.456	42.363
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	(1.632)	186	222
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	1.026.715	(728.820)	297.895	311.007
Total	1.412.850	(878.990)	533.539	548.144

12.1. Movimentação do imobilizado

Em milhares de R\$

	Saldo Dez/2020	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo Mar/2021
Edifícios	145.174				145.174
Terrenos	65.604				65.604
Estudos e projetos	0	708		(467)	241
Obras em andamento	10.722	1.144		467	12.333
Instalações	141.435				141.435
Benfeitorias propr. de terc.	1.817				1.817
IPC/90	19.210				19.210
Bens móveis	1.029.038		(2.590,2)	(53)	1.026.715
Total	1.413.320	1.853	(2.269)	(53)	1.412.850

12.2. Movimentação da depreciação/ amortização

Em milhares de R\$

	Saldo Dez/2020	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Saldo Mar/2021
Edifícios	(43.626)	(402)		(44.028)
Instalações	(99.072)	(2.907)		(101.979)
Benfeitorias propr. terc.	(1.595)	(37)		(1.632)
IPC/90	(2.531)			(2.531)
Bens móveis	(718.031)	(13.276)	2.487	(728.820)
Total	(864.855)	(16.622)	2.487	(878.990)

Nota 13. Ativo Intangível

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Adições	Mar/2021
Software	643.301	22.803	666.104
(Amortização acumulada)	(579.006)	(6.102)	(585.108)
Total	64.295	16.701	80.996

O saldo líquido corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, ainda em processo de amortização e, não estão registrados softwares criados internamente.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 14. Consignações

	Em milhares de R\$	
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Previdência social	13.888	14.807
Pensão alimentícia	45	36
IRRF	13.775	49.983
Tributos federais retidos	10.621	16.487
ISS	515	427
Plano de previdência e assistência médica	9.147	9.960
Entidades representativas de classes	346	154
Empréstimos, retenções e consignatários	3.361	3.573
Total	51.699	95.427

Nota 15. Tributos e encargos sociais

	Em milhares de R\$	
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Passivo fiscal diferido (15.1)	78.200	72.393
PASEP / COFINS a recolher (15.2)	63.621	62.009
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (15.3)	12.072	16.904
FGTS	7.912	8.471
ISS a recolher	3.172	3.756
Outros tributos	58	571
Total	165.036	164.103

15.1. Passivo fiscal diferido

	Em milhares de R\$	
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
IRPJ/ CSLL s/ Crédito Superávit	6.422	7.534
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	71.778	64.859
IRPJ/ CSLL	46.864	42.133
Tributos diretos s/ Receita Bruta	24.914	22.726
Total	78.200	72.393

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 71,8 milhões) e sobre o saldo a receber de Superávit SERPROS (R\$ 6,4 milhões) registrado no ativo circulante. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

15.2. PASEP/ COFINS a recolher

Estão relacionados à movimentação do Contas a Receber de Cliente, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

15.3. Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta - CPRB

A variação é reflexo da redução da receita operacional bruta de março de 2021 comparado com dezembro de 2020.

Nota 16. Obrigações a Pagar

16.1. Fornecedores

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
A vencer	87.416	163.754

Houve uma redução de R\$ 76 milhões, em relação ao trimestre anterior, no saldo das obrigações a pagar junto a fornecedores decorrente dos pagamentos dos contratos, em sua maioria em TI, concentrado no encerramento do exercício de 2020, cujas previsões de pagamentos já tinham sido consideradas para o 1ºTrim21. O Serpro não possui valores vencidos a pagar.

16.2. Obrigações com pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
Férias	167.613	183.762
13º salário	27.639	0
Licença prêmio	123.651	121.400
Pessoal a Pagar	4.690	4.660
Total	323.592	309.822

16.2.1. Obrigações com pessoal - férias e licença-prêmio

Descrição	Em milhares de R\$			
	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Efeito Líquido
Férias	137.213	30.400	(16.750)	150.862
Licença-prêmio	122.478	1.203		123.681
13º Salário	22.253	5.386	(22.698)	4.941
Total	281.943	36.990	(39.448)	279.484

16.3. Ações de Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 2020, o Serpro instituiu o PDV para empregados aderentes, com desligamento programado para o mês de dezembro. O valor do incentivo provisionado culminou em

R\$131,0 milhões, com pagamentos realizados, no 1º trimestre de 2021, na ordem de R\$ 77,4 milhões.

Descrição	Em milhares de R\$		
	Valor Provisionado	Valor Pago	Saldo
PDV	130.989	(77.390)	53.599

16.4. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT

O saldo de R\$26,8 milhões corresponde ao provisionamento do ACT 2020/2021, apurado segundo os termos negociais propostos até o fechamento do 1º trimestre. Cumpre ressaltar que o saldo da provisão reflete as mudanças nas negociações coletivas de trabalho.

16.5. Participação nos lucros ou resultados - PLR

No 1º trimestre de 2021 o SERPRO efetuou o pagamento parcial da PLR 2020 (R\$12 milhões), constituída conforme critérios definidos e aprovados no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados.

Em relação a remuneração variável dos Administradores, cabe destacar que é calculada com base na remuneração média, de acordo com as regras específicas do Programa de Remuneração Variável de Administradores - RVA 2020.

Passivo Não Circulante

Nota 17. Obrigações tributárias

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (17.1)	154.516	118.576
ISS a recolher (17.2)	98.151	84.589
ISS renegociado	38.755	38.755
IPTU a Recolher (17.3)	2.063	0
Total	293.486	241.920

Do conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

17.1. PASEP/ COFINS a recolher

17.1.1. Contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões);

17.1.2. Contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R \$140,7 milhões do circulante para o não circulante.

17.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R \$98,2 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro.

Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do Ato Declaratório nº 622 – NUBEF/ GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC, em 04 de outubro de 2019.

17.3. IPTU a recolher

Valores relativos ao imposto dos edifícios próprios localizados nos municípios onde a imunidade foi implementada não são recolhidos e seus valores são provisionados até que decisão formal em definitivo sobre a imunidade seja publicada, seja na esfera administrativa ou judicial. Após decisão definitiva favorável os valores poderão ser apropriados pelo SERPRO.

Nota 18. Processo trabalhista pagar

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
Processo trabalhista – Serviço Externo (PSE)	31.656	45.256
Processo trabalhista - Pessoal Interno	7.800	10.161
Total	39.456	55.416

Valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Nota 19. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

19.1. Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

Provável (51 a 100%): Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (25 a 50%): Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas (na seção de passivos contingentes), mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações financeiras

Remoto (0,1 a 25%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

19.2. Provisões trabalhistas e cíveis

Descrição	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
Provisões trabalhistas e cíveis	395.708	427.209

São provisionados os processos classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, não há dúvida da existência do evento passado). A estimativa é realizada pelo método do valor esperado de acordo com a interpretação da NBC TG 25 (R2) (item 40). O risco é atribuído pelo advogado e o valor apurado pelo perito assistente com base no valor homologado de sentença de execução. A maioria dos processos são de natureza trabalhista, representando mais de 88% do passivo provisionado.

A Administração entende que as provisões de R\$395,7 milhões, constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25).

Em milhares de R\$	
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209
Processos que entraram na provisão	42.511
Processos que saíram da provisão	(4.807)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	12.816
Redução nos processos anteriormente provisionados	(82.020)
Saldo da provisão 31/03/2021	395.708

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados. O total do passivo deste grupo de ações é de R\$146,6 milhões. Abaixo um quadro discriminatório da provisão e dos valores esperados de reembolso.

Tipo de ação	Em milhares de R\$	
	Mar/2021	Dez/2020
Sem expectativa de reembolso	249.067	313.758
Com expectativa de reembolso	146.641	113.451
Saldo da provisão 31/12/2020	395.708	427.209

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

19.2.1 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

19.3. Provisões administrativas

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Dez/2020
Provisões administrativas	19.321	17.296

Em consequência do reconhecimento definitivo da imunidade tributária, pelo DF, sobre os serviços prestados para entes públicos, a Empresa realizou provisão administrativa de R\$ 19,3 milhões referentes ao ISS para ressarcimento aos clientes.

Nota 20. Patrimônio Líquido

A variação do patrimônio líquido, R\$172,5 milhões, reflete o resultado do período, já contemplando os reconhecimentos mensais dos Juros sobre Capital Próprio, a realização da reserva de reavaliação e o lançamento em Ajustes de exercícios anteriores decorrente da mudança de política contábil. (NE 3.1.1).

Nota 21. Resultado do exercício

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Receita Operacional Líquida	642.691	641.312
Custo dos Serviços Prestados	(326.084)	(338.455)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(108.928)	(193.398)
Tributos sobre o lucro	(21.398)	(1.303)
Resultado Líquido do Exercício	186.281	108.157

21.1. Receita bruta

No 1º trimestre de 2021, a receita bruta apresentou acréscimo de R\$ 30,6 milhões, o que equivale a um aumento de 4% em comparação com o mesmo período do exercício anterior. No quadro abaixo, apresenta-se a composição da receita bruta por obrigação de desempenho.

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/21	Mar/20
Hospedagem de aplicações	517.662	527.662
Desenvolvimento e manutenção de software	44.676	39.409
Atendimento a Ambientes de Rede Local	33.352	36.094
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	28.911	19.628
Administração de rede de longa distância	25.090	22.372
Datavalid	24.985	8.857
Gestão de margem consignável	22.697	21.790
Conectividade Segura	9.832	894
Denatran Consulta Online	8.962	7.106
Infoconv	8.719	7.712
Demais obrigações de desempenho	67.821	70.557
Total	792.707	762.081

O crescimento, em torno de 4,02%, da receita bruta neste trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, ocorreu sobretudo pelos esforços para a diversificação da carteira de clientes e ampliação do portfólio de serviços, que trouxeram resultados positivos, evidenciados pelo crescimento da participação do mercado privado, que atualmente representa 15,87% de toda a carteira.

A receita bruta com clientes privados teve acréscimo de 30,2 milhões, no período sob análise. No quadro seguinte, são relacionados os dez clientes que mais contribuíram para a formação da receita bruta no trimestre encerrado.

Em milhares de R\$			
Cliente	Vinculado	Mar/21	Mar/20
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	Min. Economia	366.706	369.036
Ministério da Economia	Min. Economia	103.261	92.260
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Min. Economia	47.011	52.713
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	Min. Economia	46.839	47.509
DENATRAN	Min Cidades/ Infraestrutura	36.051	21.443
Sec.de Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	17.069	13.772
Banco Panamericano S.A.	Privado	9.346	4.426
DNIT - Depto.Nac.de Infraestrutura de Transportes	Min.Infraestrutura	8.696	8.829
Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A.	Privado	6.127	1.554
Valid Soluções S.A.	Privado	5.719	6.589
Demais Clientes	Diversos	145.883	143.950
Total		792.707	762.081

21.2. Receita Líquida

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Receita bruta	792.707	762.081
(-) ISS	17.843	17.358
(-) PIS / PASEP	11.936	12.029
(-) COFINS	54.980	55.412
(-) ICMS	17	22
(-) INSS patronal	34.231	34.216
(-) Descontos concedidos	30.848	1.717
(-) Vendas canceladas	162	16
Receita operacional líquida	642.691	641.312

21.2.1. Descontos concedidos O aumento do desconto concedido reflete a estratégia empresarial de redução de preços aplicável a situações em que a empresa obtém ganho de escala na comercialização de serviços sobre sistemas de clientes.

21.3 . Custos e despesas operacionais

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021			Mar/2020		
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total
Despesas de pessoal	(257.500)	(86.392)	(343.892)	(280.078)	(114.394)	(394.472)
Depreciação/ Amortização	(18.282)	(4.442)	(22.724)	(21.109)	(5.425)	(26.534)
Locação	(8.264)	(3.021)	(11.285)	(6.473)	(2.235)	(8.708)
Manutenção	(14.900)	(6.223)	(21.123)	(12.041)	(7.326)	(19.367)
Comunicação	(9.564)	(2.537)	(12.101)	(6.449)		(6.449)
Serviços profissionais	(14.156)	(3.633)	(17.789)	(10.787)	(8.523)	(19.310)
Serviços públicos	(4.626)	(1.756)	(6.383)	(4.101)	(2.754)	(6.855)
Créditos a receber		(13.193)	(13.193)	0	(33.269)	(33.269)
Créditos tributários	1.230		1.230	3.451		3.451
Despesas tributárias		(2.494)	(2.494)	0	(710)	(710)
Materiais		(755)	(755)	(12)	(572)	(584)
Outras despesas/ receitas	(23)	(1.687)	(1.710)	(855)	(3.146)	(4.002)
Judiciais		8.285	8.285	0	(21.812)	(21.812)
Total	(326.084)	(117.847)	(443.931)	(338.455)	(200.167)	(538.6220)

21.3.1 Custos e Despesas Operacionais: No tocante ao gasto total (custos e despesas), observa-se uma retração de 17,34% quando comparado ao mesmo período de 2020, impactando positivamente o resultado em cerca de R\$ 93,9 milhões. Esse recuo foi influenciado sobretudo pela redução nas contas de Gasto com Pessoal, Resultado com Créditos a Receber e Resultado com Ações Judiciais.

21.3.2 Aumentos em: Locação, Manutenção e Serviços de Comunicação decorrentes do crescimento de aproximadamente R\$ 9,9 milhões, sendo 2,5 milhões em Locação, R\$ 1,8 milhão em Manutenção e R\$ 5,6 milhões em Serviços de Comunicação, impactando de forma negativa no resultado.

21.3.2. Reduções em:

Gastos com Pessoal - Redução de 12,8%, equivalentes a cerca de R\$ 50,6 milhões. O expressivo recuo apurado, justifica-se pela saída dos 838 empregados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária - PDV realizado ao final de 2020;

Resultado com Créditos a Receber - Redução de 60,3%, aproximadamente R\$ 20,1 milhões, resultado da queda do número de faturas vencidas, e a ações de recuperação de crédito adotada pela Empresa (acordos com clientes);

Resultado com Ações Judiciais - Redução de 137,9%, equivalentes a R\$ 30 milhões, influenciado sobretudo por acordos judiciais que impactaram positivamente o resultado, devido à reversões de provisões e a reversões dos ajustes de perdas de depósitos judiciais;

Serviço Públicos e Serviços Profissionais Contratados - Redução de 7,6%, sendo 6,8% em serviços públicos e 7,8% em serviços profissionais contratados, cujos impactos, em conjunto, alcançaram R\$ 1,94 milhões. Essas reduções se devem a revisões dos contratos com fornecedores e a redução na utilização de serviços decorrente da implantação do trabalho remoto durante esse período de pandemia da COVID 19.

21.4. Resultado financeiro

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Despesa Financeira	(3.598)	(9.636)
Receita Financeira	12.516	16.405
Resultado financeiro	8.918	6.769

O resultado financeiro impactou positivamente o resultado do 1º trimestre de 2021 em R\$8,9 milhões. Houve um aumento do resultado financeiro, quando comparado com o mesmo trimestre de 2020, principalmente em função da redução das Despesas Financeiras (-62,7%), influenciada em sua maior parte redução na conta de descontos concedidos. A redução das receitas financeiras (-24%) decorre, principalmente, da redução da rentabilidade das aplicações financeiras, quando comparado com o mesmo trimestre de 2020.

21.5. Tributos sobre o lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune. Por inexistir regra específica para as empresas públicas como o SERPRO quanto à escrituração das obrigações acessórias de método para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada, conforme demonstrado na Nota 19.5.3.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impactos quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

21.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em milhares de R\$		
Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	(11.556)	(25.575)
Despesas de IRPJ e CSLL diferidas	(9.842)	24.273
Total	(21.398)	(1.303)

21.5.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	Mar/2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	207.678	109.459
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(70.611)	(37.216)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	59.055	11.641
Incentivos fiscais	173	516
Juros sobre capital próprio	6.883	6.927
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	5.539	(29.045)
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	4.484	11.182
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 21.5.3)	42.772	22.406
Outras adições e exclusões	(796)	(345)
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(11.556)	(25.576)
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(4.303)	(4.739)
Constituição/Reversão Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(5.539)	29.012
(d) Total dos tributos diferidos (NE 21.5.4)	(9.842)	25.412
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	(21.398)	(1.303)
<i>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</i>	<i>10,3%</i>	<i>1,2%</i>

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$ 27,6 milhões), resultaram numa alíquota efetiva de 10,3%, equivalente a despesa de R\$ 21,4 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo do lucro contábil, com reflexo na exclusão de lucro atribuído ao setor público e a compensação de prejuízo fiscal; e pelas variações das diferenças temporárias.

21.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

21.5.3.1 Distribuição da Receita Líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	%	Mar/2020	%
Receita Operacional Líquida	642.691		641.312	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(13.916)		(1.392)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	628.775		639.920	
Receita líquida atribuída ao setor público	516.751	82,2	553.750	86,5
Receita líquida atribuída ao setor privado	112.023	17,8	86.172	13,5

21.5.3.2 Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ

Em milhares de R\$

Descrição	Mar/2021	%	Mar/2020	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	207.678		109.459	
Adições/Exclusões	497		(5.890)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	208.175		103.569	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	171.086	82,2	89.623	86,5
Lucro atribuído ao Setor Privado	37.089	17,8	13.947	13,5
IR s/ o Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	42.772		22.406	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$171 milhões), que corresponde a exclusão de R\$ 42,8 milhões do IRPJ corrente em 2021 (R\$ 22,4 milhões em 2020).

21.5.4. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$

Descrição*	Dez/2020	DRE	Mar/2021
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(49.667)	(3.619)	(53.286)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(42.133)	(4.731)	(46.864)
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(7.534)	1.112	(6.422)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	615.687	4.868	620.555
Provisões trabalhistas e cíveis	145.251	(10.710)	134.541
Passivo atuarial	206.444	714	207.158
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	128.862	(370)	128.492
Provisões Trabalhistas	47.832	1.041	48.873
Provisões Tributárias	64.121	17.775	81.896
Saldo da Base Negativa – CSLL	4.303	(4.303)	(0)
Outras provisões	18.874	721	19.595
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(115.572)	(11.360)	(126.932)
Processos trabalhistas – PSE	(38.574)	(11.285)	(49.859)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(36.812)	(212)	(37.024)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.186)	137	(40.049)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	500.115	(6.492)	493.623
(e) Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	450.448	(10.112)	440.336

O saldo de R\$ 440,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 620,5 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 53,2 milhões) e não circulante (R\$ 126,9 milhões). Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social.

O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão se dará na liquidação dessas provisões. Quanto ao crédito tributário sobre a Base Negativa da CSLL de R\$ 4,3 milhões, foi utilizado na compensação do tributo corrente.

21.5.5. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

21.5.5.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes

Em milhares de R\$

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	207.678	207.678	0
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(70.611)	(70.611)	0
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	59.055	28.125	30.930
Incentivos fiscais	173	754	(581)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	11.626	11.626	0
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	42.772	0	42.772
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	4.484	15.745	(11.261)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (NE 21.5.2) (a) + (b)	(11.556)	(42.486)	30.930

A exclusão do lucro atribuído ao setor público para o IRPJ gerou uma economia de R\$ 30,9 milhões nos tributos correntes, com reflexo no incentivo fiscal e na compensação do prejuízo fiscal.

21.5.5.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	Não constituído	Prejuízo fiscal	Não constituído
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal				
Saldo em Dez/2020	288.586	72.146	45.769	11.442
Compensação de 30% em 2021	(725)	(181)	(45.769)	(11.442)
Saldo em Dez/2020	287.861	71.965	0	0

Na aplicação da imunidade tributária não foi constituído Ativo Fiscal Diferido (R\$ 72 milhões) sobre o saldo de prejuízo fiscal de IRPJ. Sem a imunidade tributária a empresa teria crédito tributário sobre prejuízo fiscal por sua utilização seria integral no período.

Nota 22. Partes Relacionadas

22.1. Órgãos cessionários

Em milhares de R\$

Operação	AC	ANC	PC*	PNC*
PSE - Sentenças Judiciais**	54.400	187.278		
PSE - Acordo Coletivo de Trabalho	6.770		6.770	
PSE - Processos Judiciais		146.641		146.641
PSE - Folha de Pagamento	34.326		34.326	
Total	95.497	333.919	41.097	146.641

*são considerados os saldos provisionados referentes a PSE

** saldos não possuem correspondentes no passivo por já terem sido pagos pelo SERPRO, restando somente o direito a receber.

22.2. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

O Serpros Fundo Multipatrocinado é uma entidade que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro. É considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, o Serpro indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

As operações com o Serpros Fundo Multipatrocinado e o consequente impacto nas demonstrações financeiras estão apontadas nas seguintes notas explicativas:

Em milhares de R\$

Operação	AC	ANC	PC	PNC	PL
Créditos a receber	18.888				
Créditos realizáveis a longo prazo	22.666				
Créditos realizáveis a longo prazo - LFTSC	86.229				
Valores retidos de participantes		6.355			
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017)		28.909			
Benefício pós-emprego - Passivo atuarial				609.288	
AVP - Perdas/Ganhos atuariais					441.311
Tributos - AVP - Perdas/Ganhos atuariais					(150.046)
Total	18.888	108.895	35.263	609.288	291.265

22.3. Composição dos órgãos estatutários

O Ministério da Economia, cliente relevante e órgão ao qual o Serpro é diretamente vinculado, possui 4 representantes titulares no Conselho de Administração e 2 no Conselho Fiscal.

22.4. Transações comerciais

Em milhares de R\$

Clientes	Receita Bruta	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais	Avaliação de Direito
Sec. da Receita Federal do Brasil – SRFB	366.706	123.631	5.938	42.410	243.280
Ministério da Economia*	103.261	77.792	83.234	41.111	9.228
Sec. do Tesouro Nacional – STN	47.011	17.793	2.351	0	0
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	46.839	15.614	15.455	21.881	0
DENATRAN	36.051	3.551	1.592	115	695
Sec. de Gestão e Ensino em Segurança Pública	17.069	10.964	7.784	1.337	0
DNIT	8.696	3.883	2.042	2.071	0
Ag. Nac. Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis	4.308	16	0	4	0
Ministério da Relações Exteriores - MRE	4.107	0	0	0	0
SUFRAMA	3.653	0	0		0
Demais Clientes Públicos	35.519	14.934	23.738	10.747	766
Total	673.220	268.178	142.134	119.676	253.969

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

23. Evento Subsequente

Em 29 de abril de 2021, como informado na NE 2.1 das Notas Explicativas do Encerramento do Exercício de 2020, ocorreu a Assembléia Geral Ordinária na qual foi aprovada a proposta de destinação do resultado apurado ao final do exercício 2020, inclusive os dividendos adicionais, no valor de R\$ 109,7 milhões.

Gileno Gurjão Barreto

Diretor Presidente

André de Cesero

Diretor de Relacionamento com Clientes

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Diretor de Administração

Antonino dos Santos Guerra Neto

Diretor de Operações

Ricardo Cezar de Moura Jucá

Diretor de Desenvolvimento

Wilson Biancard Coury

Diretor de Desenvolvimento Humano

Carla Ribeiro Alves Marques

Contadora CRC 015723/O-9

Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01(R1)	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 (R2)	IAS 07
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 (R1)	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	-
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da nº 449/08	CPC 13	-
NBC TG 21 (R4)	Demonstração Intermediária	CPC 21	IAS 34
NBC TG 22 (R2)	Informações por segmento	CPC 22	IFRS 08
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação	CPC 23	IAS 08
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 (R1)	IAS 01
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 05
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 (R1)	IAS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 (R1)	IFRS 01
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 09
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 (R1)	-
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento	ICPC 10	-

Anexo II. Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas

ACO – Ação Cível Originária	CUP – Crédito Unitário Projetado
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	CVM – Comissão de Valores Mobiliários
AFD – Ativo Fiscal Diferido	DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais
AGU – Advocacia-Geral da União	DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
BACEN – Banco Central do Brasil	DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
BD – Benefício Definido	DPI – Declaração Padronizada do ISSQN
BPA – Benefício Proporcional Acumulado	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	DVA – Demonstração do Valor Adicionado
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum
CD – Contribuição definida	FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CDT – Carteira Digital de Trânsito	FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
CGU – Controladoria Geral da União	ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
CMN – Conselho Monetário Nacional	IEA – Indenização Especial de morte por Acidente
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente
COJUR – Consultoria Jurídica	IPC – Índice de Preços ao Consumidor
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas	ISS – Imposto Sobre Serviços
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	ITG – Interpretação Técnica Geral
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
MEI – Microempreendedor Individual	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
MF – Ministério da Fazenda	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
MPT – Ministério Público do Trabalho	SICONV- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
NR – Nota de Ressarcimento	SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
ORA – Outros Resultados Abrangentes	SNE – Sistema de Notificação Eletrônica
PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro	STF – Supremo Tribunal Federal
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários	SUPGL – Superintendência Logística
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	SUPJU – Superintendência Jurídica
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	TI – Tecnologia da Informação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	TR – Taxa Referencial
PFD – Passivo Fiscal Diferido	TST – Tribunal Superior do Trabalho
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
PIS – Programa Integração Social	VJR – Valor Justo em Resultado
PLR – Participação nos Lucros e Resultados	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
PND – Programa nacional de desestatização	
PS-I – Plano Serpro I	
PS-II – Plano Serpro II	
PSE – Pessoal Serviço Externo	
Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet	
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	